TL3848

INTERNATIONAL PUBLIC EDUCATION AND DIALOGUE CONFERENCE

(CONFERÊNCIA INTERNACIONAL PARA A EDUCAÇÃO E O DIÁLOGO)

EAST-TIMOR, ITS FUTURE IN THE ASIA-PACIFIC

TIMOR LESTE: O SEU FUTURO NA ÁSIA-PACÍFICO

Sidney (Austrália), 21-27 de Junho de 1996

RELATÓRIO DE SÍNTESE E CONCLUSÕES

A) APRESENTAÇÃO

Participaram na Conferência de Sidney cerca de metade dos timorenses residentes em Timor leste ou na Indonésia que tinham sido convidados. Significa isto, em relação ao passado, que as pressões internacionais já forçaram a Indonésia a alguma abertura, mas que esta é ainda muito limitada. No interior, a insegurança é total, na medida em que qualquer pessoa pode ser detida, torturada, ou morta, sem saber quando, nem porquê. Por essa razão, só uma enorme coragem, forjada em vinte anos de sofrimento, levou perto de uma dezena de timorenses a arriscar participar numa iniciativa que, à partida, se sabia que condenava a ocupação indonésia e era favorável à autodeterminação de Timor leste.

B) OS FACTOS HOJE

1. A situação em Timor Leste: a sensação de viver num território ocupado

Não deverá perder-se de vista que Timor leste é um *território ocupado:* é-o à luz do direito internacional, é-o, ainda, militar, económica e culturalmente. O consenso quanto a esta situação congrega os timorenses das mais diversas

A título de exemplo, o Dr. *Florentino Sarmento*, Vice-Presidente da Comissão Justiça e Paz da Diocese de Dili, que foi portador dos votos do bispo D. Carlos Filipe Ximenes Belo de que a Conferência ajudasse a alcançar um futuro de Paz e Justiça, destacou claramente, na sua intervenção pública, a necessidade de *encontrar uma solução internacionalmente aceitável* e de alcançar a Paz, a Justiça e a Democracia para Timor Leste.

Por outro lado, o *Revº Arlindo Marçal*, chefe da Igreja Unida (Protestante) de Timor Leste descreveu Timor Leste como um *território ocupado*, onde os problemas resultavam do facto de *a integração não se ter processado de acordo com o direito internacional*, antes através de um *ataque armado* e de uma *invasão*.

Até o deputado do Parlamento da "27ª Província, Timor Timur" pelo partido governamental GOLKAR, *Manuel Carrascalão*, afirmou, em comunicação redigida em português e entregue à organização: *"Depois de anos e anos em que a realidade nos arrasa e definha (...), relembro o que chegámos a ouvir do Povo simples e martirizado da nossa terra: —'os portugueses vieram com pouco dinheiro e muito amor, e os indonésios vieram com muito dinheiro mas pouco amor' e acho que chega para todos nós reflectirmos e, pensando em voz alta, desejar ardentemente um referendo onde o Povo possa escolher o seu destino e nós possamos voltar (a estar) de bem com a nossa consciência (...)"*.

Não obstante as estradas asfaltadas, as escolas e hospitais construídos pela Indonésia nos últimos vinte anos, mesmo o *Professor Lukman Sutrisno*, especialista em Sociologia Rural da Gadja Mada University de Yogyakarta, que desde 1981 levou a cabo sucessivos estudos sociológicos em Timor Leste, confessou, no discurso feito na Conferência, que *"todos os timorenses com quem falei mostraram um grande desapontamento — a economia passava ao lado dos timorenses"*.

Apesar da exploração económica a que estão sujeitos os timorenses, apesar da fome e da doença que grassa, nas cidades como na montanha, apesar de a ocupação ter conduzido à morte de mais de um terço da população, nem Portugal, nem outros Estados, nem tão pouco as Nações Unidas aventaram sequer a hipótese de accionar o cap. VII da Carta para repor a legalidade internacional, tão brutalmente desrespeitada e ofendida, como foi feito, por exemplo, contra o Estado iraquiano, após a invasão do Kuwait. Nem acções de carácter militar, nem um sistema de sanções, nem sequer sanções de cariz económico e/ou político foram aplicadas a um Estado agressor e que levou a cabo práticas brutais de genocídio do povo maubere.

2. A situação na Indonésia: a transição já começou

A presença de cidadãos indonésios de três partidos, de duas centrais sindicais com filosofias muito diferentes e de um significativo leque de organizações não governamentais, bem como de uma associação independente de jornalistas e de dois académicos indonésios que, inicialmente, tinham posições claramente diferentes no que respeita à autodeterminação de Timor Leste, num total de cerca de quinze dos vinte e cinco convidados previstos, significou, não só o crescente interesse das élites indonésias pela questão timorense, como também o relativo relaxamento de um regime a braços com problemas em excesso para a sua capacidade de controlo e de repressão.

Foram nítidas as expectativas da maioria dos participante indonésios numa mudança próxima do regime (um a dois anos), mesmo se não fundadas em factores objectivos. Este desejo de mudança, porém, potencia a própria mudança, sobretudo quando ancorado em iniciativas concretas e em críticas frontais e determinadas ao regime, ao ditador e aos seus militares.

Impressionou, ainda, a capacidade de diálogo entre os participantes indonésios e entre estes e os participantes timorenses, mesmo que de quadrantes políticos e ideológicos muito diversos.

Esta prova de maturidade é demonstração implícita, mas inequívoca, de que a fase crítica da transição no Estado indonésio já começou e, em coincidência feliz, relembrem-se as grandes manifestações de protesto realizadas em 20 de Junho de 1996, não só por militantes do PDI como também por muitas outras forças pró-democracia, bem como aquelas que, já em Julho, foram amplamente divulgadas pela imprensa e pelas televisões. O risco de uma "explosão" na Indonésia não se apoia apenas, no entanto, num conjunto de opiniões difusas ou, até, militantes. Foi já percebido, também, pelos meios financeiros norte-americanos e internacionais, como o testemunha, em editorial, o Wall Street Journal de 6 de Junho de 1996, bem como artigos e editoriais recentes de outras revistas dos meios económico-financeiros internacionais (The Economist, Far Eastern Economic Review, etc.)

3. Timor Leste, Portugal e a comunidade internacional: a necessidade de uma nova dinâmica

Desde o Massacre de Santa Cruz, em 12 de Novembro de 1991, a solidariedade internacional tem crescido a passos largos, mesmo se, reconheça-se, a grande maioria da população mundial, dos intelectuais, dos *opinion makers*, continua a ignorar a questão de Timor Leste.

Desde aquela data simbólica, congregdora de emoções e de indignação, a ocupação indonésia teria já retornado à penumbra, não fôra um conjunto de iniciativas, teimosamente promovidas por ONG's e por Universidades (inclu indo as da UP com outras Universidades).

Mas estas têm custos financeiros elevados, e o certo é que as fontes de financiamento internacional (mesmo se a situação tende a alterar-se), ainda que generosas, são escassas. Cabe referir, a este propósito, que se prepara a criação da *East Timor International Campaign,* com sede possível nas Filipinas, e cujos contornos foram delineados nos dias que antecederam e que se seguiram à Conferência. Necessariamente, este tipo de organização necessita de fundos, e espera obtê-los, também, de Portugal, até porque a resposta portuguesa modelará, entre outros aspectos, a imagem internacional que a este propósito pretendemos construir.

4. Portugal e Timor Leste: a necessidade de um salto em fente

A política portuguesa em relação a Timor Leste foi, muitas vezes, caracterizada por uma certa miopia. Alturas houve em que a acção da solidariedade com Timor Leste passava mais por evitar que o Estado português assumisse, em relação àquele território, posições irreversíveis do ponto de vista jurídico e político do que, propriamente, por acções concretas de contestação e denúncia da ocupação militar indonésia.

Se essa fase da política externa portuguesa parece remetida para a história, o mesmo não poderá dizer-se, infelizmente, de um sistema estabelecido em que a falta de verbas e de uma estrutura flexível para a sua gestão atempada e eficaz se tornou o problema maior.

C) CONCLUSÕES

Perante os factos acima enunciados, objecto de discussão e debate na Conferência de Sidney, pensamos ser possível chegar às seguintes conclusões:

A) Qualquer que seja o juízo feito sobre o comportamento do Estado português ao longo dos mais de vinte anos que conta já a anexação indonésia, e talvez porque, apesar de tudo, este agiu mais e melhor do que os outros Estados, a generalidade dos Timorenses contiua a depositar grandes esperanças na intervenção eficaz de Portugal tendente a garantir ao povo Timorense a possibilidade de exercer

B) A necessidade dos Timorenses em contar com o nosso apoio e auxílio desdobra-se, por outro lado, em muitos outros aspectos, concretos e de resolução urgente. Destaquem-se, pelo que foi possível apurar durante a Conferência, a Universidade de Dili, que precisa de livros, de apoio financeiro, de professores de Português, de bolsas de pós-graduação; as obras sociais das Igrejas e as coperativas, que carecem de apoios, do desenvolvimento de relações com o exterior e de meios que lhes permitam atingir um grau mínimo de independência; a resistência, nas suas diferentes componentes, a quem tudo falta, desde apoio humanitário a político, de um suporte financeiro a meios de comunicação; e, não menos importante, os órfãos, as viúvas, os desempregados, os presos, que precisam de apoio humanitário e jurídico, e os ex-presos políticos, que necessitam de apoio financeiro, de bolsas de estudo, de cuidados médicos, de meios para escapar à insegurança e à opressão do ocupante.

C) Ficou também patente, pelo sucesso e méritos da Conferência de Sidney, (onde um dos aspectos essenciais terá sido o facto de ter possibilitado encontros entre timorenses, do interior e do exterior, deste com indonésios, e de uns e outros com as organizações de solidariedade e a própria comunidade internacional) que a realização de conferências e seminários é um dos vectores fundamentais da divulgação da questão de Timor Leste, com o que isso implica, até, como esforço complementar daqueles que são desenvolvidos num plano estritamente interestadual.

D) O Estado português, mas também as suas Universidades, poderão — deverão — dar contributo de relevo relativamente a um objectivo novo, que é também factor de esperança. Referimo-nos ao facto de ser hoje indispensável a formação de quadros — técnicos, mas também políticos — que possam participar, não apenas no esforço presente pela independência de Timor Leste, mas também na gestão futura da própria independência daquele território. É sintomático que se comece a falar, pela primeira vez, de um eventual "Governo no exílio" e de um "Plano de Reconstrução Nacional" para o período que se seguir à ocupação.

E) Ficou ainda claro, ao longo da Conferência de Sidney que, não apenas ao nível das Universidades estrangeiras (Filipinas, Malásia, Índia, Irlanda, Reino Unido, Finlândia, Brasil, África do Sul), como também por parte das ONG's desses e de outros países, serem bem vistas e acolhidas as Universidades Portuguesas. Esse é um capital precioso, que foi possível constituir ao longo de muitos anos de labor persistente. Um dos seus resultados palpáveis foi, com certeza,

o ter conseguido associar, de forma sólida e consistente, a luta pela autodeterminação de Timor Leste à da democratização progressiva da Indonésia.

F) Como o demonstrou sobejamente a própria preparação e organização da Conferência de Sidney, continua a prevalecer a ideia, errónea, de que é suficiente a atribuição de somas isoladas, e negociadas caso a caso (aos mais empreendedores, persistentes e, porque não dizê-lo, incómodos) para se considerar atingido o limite de esforço a pedir ao Estado português. Para além de este princípio orientador transferir para a esfera da iniciativa de alguns o ónus permanente de pedir auxílios, tem ainda o inconveniente de não atender, de todo em todo, aos avanços significativos que, apesar destes obstáculos, foram já conseguidos: abriram-se as portas de universidades e de ONG's de muitos países, inclusivé da Indonésia, e reforçou-se a presença portuguesa em regiões desde há muito quase inacessíveis, e onde a presença histórica portuguesa deixou rasto no passado.

G) Sob pena de o Estado português deitar a perder os esforços que vem desenvolvendo desde há anos — e, por arrasto, os esforços de muitos outros, é importante que se crie uma dinâmica nova que permita encarar, com um certo optimismo, o processo que conduzirá à autodeterminação do povo de Timor Leste. Referimo-nos, por exemplo, à criação ou promoção de uma organização internacional de apoio financeiro e de dinamização da solidariedade internacional. Referimo-nos, também, à criação de uma Fundação nacional dedicada a Timor, proposta já antiga (uma vez que já foi apresentada nas II Jornadas de Timor da UP) e, aliás, sufragada, desde o início, pelo então Presidente da República, Dr. Mário Soares. Referimo-nos, ainda, à indispensável inclusão, no Orçamento de Estado, de uma dotação relevante que permita fazer face aos esforços pela causa de Timor Leste que se avizinham.

Aqui deixamos o nosso apelo por uma nova dinâmica que reponha o sentido da História, para libertar o povo de Timor Leste de uma das piores opressões que a História já conheceu.

Porto, 28 de Julho de 1996

Pel'A Universidade de Coimbra

Prof. Abílio Hernandez Cardoso

Pel'A Universidade do Minho

Prof. Luis Lobo Fernandes

Pel'A Universidade do Porto

Prof. A. Barbedo de Magalhães

Pel'A Universidade Católica

Dr. Azeredo Lopes